



Relatório & Contas 1º semestre '21

ÍNDICE

I.	RELATÓRIO DE GESTÃO	1
	1. INSTITUCIONAL	
	1.1. Dados da Entidade Gestora, do Supervisor e do Auditor Externo	
	1.2. Estrutura Accionista	
	1.3. Modelo de Governo e Órgãos Sociais	2
	2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO	
	2.1. Panorama Económico Internacional	
	2.2. Panorama Económico Nacional	
	2.3. O Mercado de Capitais	
	3. GOVERNAÇÃO E RISCO	
II.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS	4
	1. ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
	2. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO.....	
	3. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	6



1. INSTITUCIONAL

1.1.Dados da Entidade Gestora

A BFA Gestão de Activos (BFA GA) é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo de direito privado Angolano, com património próprio e autonomia administrativa e financeira, registada na Comissão do Mercado de Capitais desde Dezembro de 2016, sob o número 001/SGOIC/CMC/12-2016.

Líder no mercado, com uma equipa de profissionais especializada em Mercados Financeiros e com track record. Presta serviços de constituição, gestão e consultoria de Organismos de Investimento Colectivo sob a forma de Fundos de Investimento. A sua carteira de clientes abrange desde os investidores Institucionais aos não institucionais.

Fundos registados na CMC:

Descrição do OIC	Data de Registo	Tipo de OIC	Modalidade	Sociedade Gestora	Estado	Capital Inicial (mil Milhões AOA)
BFA Oportunidade	04/07/17	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Liquidado	10
BFA Oportunidade II	20/07/18	OEIVMF	Fechado	BFA GA	Liquidado	18
BFA Protecção	23/08/18	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Liquidado	8,5
BFA Private	23/04/20	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Liquidado	4,5
BFA Oportunidade III	24/07/19	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Liquidado	17,7
BFA Oportunidade IV	17/06/20	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Activo	10
BFA Oportunidade V	21/07/20	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Activo	10
BFA Oportunidade VI	28/01/21	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Activo	20
BFA Oportunidade VII	18/02/21	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Activo	15
BFA Oportunidade VIII	18/02/21	FEIVMF	Fechado	BFA GA	Activo	15



10

Colaboradores



Elevado Know-how em
Mercados
Financeiros



100%

Licenciatura ou
Mestrado



35

Idade Média dos
Colaboradores

Em 2021, por formas a reforçar a sua posição no mercado e potenciar o seu crescimento e desenvolvimento, a BFA GA definiu como principais eixos estratégicos a formação e capacitação contínua da equipa, a qualidade de serviço como promotor do sucesso, a mitigação do risco operacional e o incremento das receitas.

Por fim, com o objectivo de potenciar o aumento de receita, em 2021 a BFA GA tem estado focada no aumento da sua oferta de produtos, equacionado novas parcerias estratégicas, nomeadamente com entidades supranacionais e internacionais.



1.2. Estrutura Accionista

A BFA GA terminou o 1º semestre de 2021 com um capital social de AOA 50.000.000,00 (cinquenta milhões de kwanzas), representado por 50.000 (cinquenta mil) acções com o valor

nominal de AOA 1.000 (mil kwanzas) cada uma, sendo elas detidas maioritariamente pelo Banco de Fomento Angola, S.A.

1.3. Modelo de Governo e Órgãos Sociais

O modelo de funcionamento da BFA GA obedece aos requisitos do Regime Jurídico dos OIC e está estabelecido nos seus estatutos o seguinte modelo organizacional:



São órgãos estatutários os órgãos sociais, designadamente:

- i. A Assembleia Geral;
- ii. O Conselho de Administração;
- iv. O Conselho Fiscal;

Todos os membros dos órgãos de governação da BFA GA têm competência técnica, experiência profissional e idoneidade moral para o exercício da função. Estes quadros são vinculados a rigorosos deveres de confidencialidade e sujeitos a um conjunto de regras tendentes a prevenir a existência de conflitos de interesse ou situações de abuso de informação privilegiada, respeitando os melhores princípios da boa e prudente gestão.

Assembleia Geral

Constituição	A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Accionistas da BFA GA, cujo funcionamento é regulado nos termos dos estatutos.
Competências	A Assembleia Geral tem competência sobre todas as matérias que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos sociais, designadamente: • Alteração dos estatutos da sociedade; • Aumento ou redução de capital, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade;

- Emissão de quaisquer valores mobiliários que possam vir a dar lugar à subscrição ou conversão em acções;
- Introdução de limitações ou supressão do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital;
- Cessação ou suspensão de actividades que a sociedade venha exercendo;
- Aprovação e alteração de quaisquer esquemas de prémios, de participação nos resultados, stock-options ou de pensões que tenha por universo membros dos órgãos sociais, salvo se tais matérias hajam sido delegadas numa comissão de remunerações;
- Aquisição e alienação de acções ou de obrigações próprias;
- Distribuição de bens a accionistas e adiantamentos por conta de lucros;
- Nomeação e destituição do auditor externo;
- Qualquer matéria de gestão da sociedade que o Conselho de Administração submeta à sua apreciação.

Conselho de Administração

Constituição

O Conselho de Administração (CA) é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 11 membros, eleitos em Assembleia Geral, que designará também o seu Presidente e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes. O actual CA do BFA é composto por 5 membros.

Competências

Compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários ou convenientes para a prossecução das actividades compreendidas no objecto social e, em geral, praticar todos os actos que não caibam na competência de outros órgãos da sociedade, destacando-se das suas principais competências:

- Aprovação do plano de negócio, do plano estratégico e do orçamento e qualquer alteração aos mesmos;
- Decisões de impacto patrimonial significativo (ou seja, com valor superior a 7,5% dos capitais próprios) ou estratégico que não estejam previstas no plano de negócio ou no orçamento, nomeadamente, despesas e/ou investimentos que despoletem a necessidade de aumento dos capitais próprios e acordos de parceria, *joint-venture* ou similares;
- Qualquer mudança significativa na área geográfica de actuação da sociedade, salvo se prevista no plano estratégico ou no plano de negócio;
- Aprovação da proposta a submeter à Assembleia Geral em matéria de distribuição de lucros, reservas ou outros bens aos accionistas, quanto em percentagem diferente à que decorre do previsto nos estatutos;
- Operações com partes relacionadas que excedam USD 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil dólares americanos), salvo se se tratar de operações realizadas em condições de mercado e dentro dos limites para o efeito fixados pelo Conselho de Administração;
- Emissão de dívida subordinada, salvo se prevista no orçamento;
- Alteração dos regulamentos do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e a aprovação e alteração de quaisquer outros em matéria de risco;
- O adiantamento por conta de lucros, salvo se previstos no orçamento ou no plano de negócio;
- A constituição de qualquer subsidiária (ou seja, sociedade cujo capital seja controlado em mais de 50% pela sociedade), ou a tomada de participação que altere a formação de uma subsidiária, bem como a perda de controlo de subsidiárias ou a alienação de unidades de negócio, salvo, em qualquer caso, as operações previstas no plano de negócio;

- O relatório do Conselho de Administração em sede de oferta pública de aquisição, tendo por objecto valores mobiliários emitidos pela sociedade;
- A destituição ou rescisão do respectivo contrato relativo aos auditores externos, se tal competência couber ao Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração são registadas em acta, lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes.

Para regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente da BF GA numa Comissão Executiva, composta por 3 a 7 membros, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação e no regulamento de funcionamento da Comissão Executiva do Conselho de Administração.

Periodicidade As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo mensalmente e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Constituição A gestão executiva da BFA GA é assegurada por 3, 5 ou 7 administradores, designados pelo próprio Conselho de Administração, que entre os mesmos, designará o seu Presidente. A actual Comissão Executiva do Conselho de Administração é composta por 3 membros.

Competências No âmbito do seu regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração e subordinado aos planos de acção e ao orçamento anual, bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração dispõe de amplos poderes de gestão, necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária, nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada na lei e, nomeadamente, poderes para decidir e representar a Sociedade. O seu exercício é objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

Periodicidade A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, habitualmente uma vez por semana, e, no mínimo, uma vez por mês.

Conselho Fiscal

Constituição A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos estatutos e funciona nos termos e com os objectivos definidos por Lei ou regulamentação, bem como de acordo com o seu Regulamento.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois vogais efectivos e um suplente, devendo um dos membros efectivos e o suplente ser contabilista ou perito contabilista. Os seus membros devem ser pessoas singulares com plena capacidade jurídica (Art. 433º da LSC), dotados das qualificações técnicas e da experiência profissional que lhes permita cumprir, de forma efectiva as responsabilidades que lhes estão cometidas.

Competências

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Zelar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificar a exactidão do balanço e da demonstração de resultados;
- Verificar se os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;

- Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório, Contas e propostas apresentadas pela Administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da respectiva Mesa o não faça;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei, contrato de sociedade e directrizes da CMC.

Periodicidade O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

Auditor Externo

Constituição A auditoria externa é assegurada pela KPMG (Angola).
A BFA GA defende que os seus auditores são independentes na aceção dos requisitos regulamentares e profissionais aplicáveis e que a sua objectividade não se encontra comprometida. Nesse sentido, a BFA GA tem incorporado nas suas práticas e políticas de governo diversos mecanismos que acautelam a independência dos auditores.

Competências

- Auditar as Demonstrações Financeiras da BFA GA com referência a 30 de Junho.

Periodicidade O Auditor Externo efectua anualmente revisões de procedimentos a Direcções e/ou processos seleccionados para o efeito.

Os órgãos sociais da BFA GA nomeados para o triénio 2021-2023 são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Simões Matias
Vice - Presidente	Rosário Manuel Alberto Dala
Secretário	Lucas Borges Guimarães

Conselho de Administração

Presidente	Luís Roberto Fernandes Gonçalves
Vice - Presidente	Vera Tanguê Escórcio
Vogais	Rui Gonçalves Oliveira Manuel André Carla Yessénia de L. L. E de Jesus

Conselho Fiscal

Presidente	Henrique Manuel Camões Serra
Vogais	Catarino Eduardo César Eliaana Fortes
Suplentes	Ana Marisa Domingos Katiavala Carvalho da Silva

Comissão Executiva

Presidente	Rui Gonçalves Oliveira
------------	------------------------

Supervisor

COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

Endereço: Rua do MAT, Complexo Clássicos de Talatona, Bloco A5, 1º e 2º Luanda, Angola

Contactos: (+244) 992 518 292 | 949 546 473 - Fax: (+244) 222 704 609 | institucional@cmc.gv.ao

Auditor Externo

KPMG (Angola)

Endereço: Edifício Moncada Prestige, Rua do Assalto ao Quartel de Moncada, nº15 2º Luanda, Angola



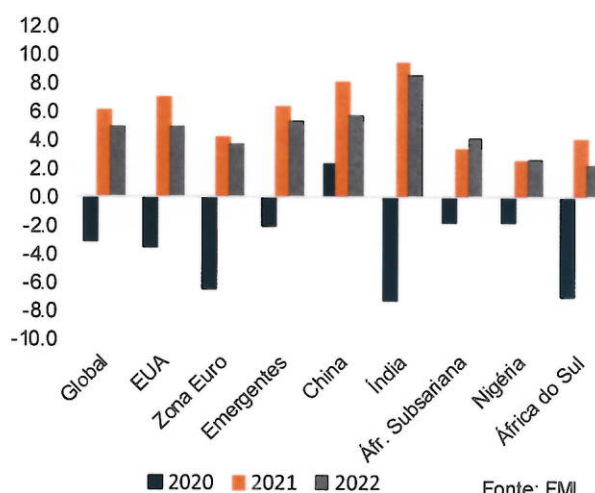
2.ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO

Contexto Internacional

De acordo com a estimativa do FMI, a economia mundial registou uma forte recessão em 2020, tendo contraído cerca de 3,2% comparado ao crescimento de 2,8% registado no ano anterior. A forte quebra da economia mundial global deve-se à expansão da Covid-19, iniciada em Fevereiro e Março, que levou a paralisação da actividade económica em todos os países. Esta quebra na actividade económica global foi mais significativa entre as economias mais avançadas, em particular na Zona Euro que, segundo estimativas do FMI¹ registou uma contracção de 6,5%. A crise verificou-se de modo particular em Espanha, Reino Unido e Itália, que foram os países mais afectados com a Covid-19, com quebras estimadas de 10,8%, 9,8% e 8,9% respectivamente. De igual modo, as economias emergentes e em desenvolvimento terão registado uma contracção de 2,1% em 2020, comparado ao crescimento de 3,6% registados no ano anterior. A China foi a única das maiores economias que registou um crescimento homólogo da sua actividade económica em 2020 (+2,3%), devido à reabertura antecipada no início de Abril. Em sentido contrário, os países emergentes da América Latina (muito afectados pela pandemia) registaram uma contracção de 7,0%, com a economia mexicana e brasileira a contraírem 8,3% e 4,1% respectivamente. Do lado da África Subsariana, o FMI estima um declínio mais leve de 1,8% do PIB da região, após ter expandido 3,2% no ano anterior: em particular, a África do Sul e Nigéria (dois países fortemente afectados pela pandemia) terão tido uma contracção de 7,0% e 1,8% respectivamente. Para as demais geografias emergentes, o Fundo estima que tenha havido um crescimento negativo, com destaque para a Índia e Arábia Saudita que deverão ter contraído cerca de 7,3% e 4,1% respectivamente.

Crescimento económico mundial

Variação homóloga em %



Em 2021, com o rollout das vacinas e a alguma adaptação à nova realidade, tal como alguns passos de maior abertura das economias durante o Verão do hemisfério Norte, espera-se uma recuperação da actividade global a rondar os 6,0%. As economias avançadas (que também foram as mais afectadas pela Covid-19) deverão registar um crescimento homólogo de 7,0% enquanto a Zona Euro deverá expandir 4,6%, segundo estimativa do FMI. Do lado das economias emergentes, é esperado um crescimento na ordem de 6,3%, impulsionado pelos países asiáticos que deverão registar um aumento homólogo do PIB de 7,5%. Em particular, é esperado que a Índia e China tenham a maior taxa de crescimento entre os países emergentes (9,5% e 8,1%, respectivamente). No que toca aos países emergentes na Europa e na América latina, estes deverão expandir a uma taxa pouco inferior à das economias avançadas (4,9% e 5,8%, respectivamente). Em relação à África Subsariana, o Fundo estima um crescimento a volta de 3,4% com a Nigéria e África do Sul a expandir 2,5% e 4,0%, respectivamente.

MERCADOS FINANCEIROS

Depois de um ano de 2020 completamente impactado pela pandemia, 2021 tem sido pautado até agora por períodos de recuperação intercalados por receios relativos a novas variantes e a demoras na distribuição de vacinas. Porém, o tom geral é de que, mesmo com

¹ Fundo Monetário Internacional

[Handwritten signatures]

alguns obstáculos na recuperação da situação de saúde pública, tem existido uma capacidade relativamente grande de adaptação das economias mundiais, o que se tem reflectido em optimismo nos mercados.

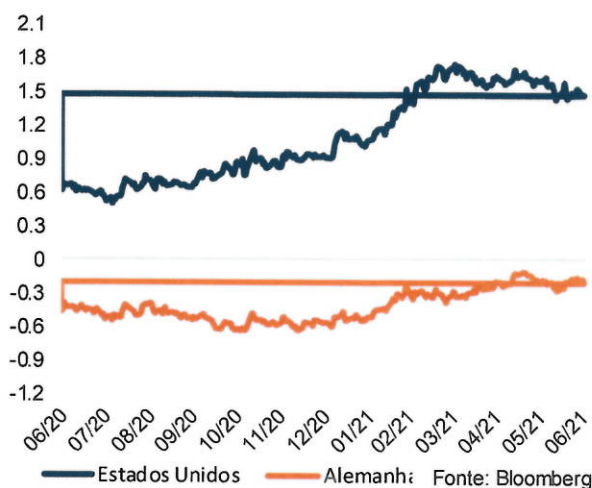
A política monetária mantém-se bastante expansionista, embora comece a haver sinais de que poderá reverter o curso a breve trecho, de forma gradual, em particular nos Estados Unidos, devido à rápida aceleração da inflação. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal levou a cabo duas reduções dos intervalos da taxa de juro de referência (*Fed Funds Rate*), em Março e Abril do ano passado, num total de 150 pontos base, para 0,0%-0,25%. Além disso, revitalizou as suas medidas de QE² – compra de activos, esperando-se que estas desacelerem algures no final deste ano, voltando a zero a meio de 2022. Também o Banco de Inglaterra levou a cabo uma descida de 65 pontos base na taxa de juro no ano passado, fixando-se no final de Março em 0,10%; para já, continua a julgar a política aplicada como adequada para o momento actual. Outros bancos centrais, sem margem para descidas nas taxas de juro, optaram por aumentar o alcance e duração de medidas de compra de activos: nomeadamente, em Março o BCE aumentou significativamente o poder de fogo dos seus programas, tendo criado o PEPP (*Pandemic Emergency Purchases Programme*), podendo comprar até EUR 1.850 mil milhões, um alargamento após um montante inicial de EUR 750 mil milhões; além disso, melhorou as condições de acesso aos TLTRO³ e disponibilizou novas LTRO⁴ – dois tipos de operações de financiamento aos bancos a longo-prazo. Por outro lado, ocorreu recentemente uma revisão da estratégia do BCE, em que o alvo foi mudado, de uma inflação “abaixo de 2%” para uma alvo “simétrico de inflação de 2% no médio prazo”; assim, admite-se que são indesejáveis períodos prolongados muito acima ou muito abaixo de 2%. Para o futuro, o BCE⁵ prevê manter as taxas nos actuais níveis ou ainda mais baixos, considerando que poderá haver um período transitório em que a inflação fique moderadamente acima do objectivo. As taxas de juro de mercado continuam bastante baixas, a reflectir o impacto da pandemia e a reacção da política monetária, com a Libor a 3 meses a fechar o semestre em 0,14%, ainda abaixo dos 0,23% no final de 2020, e bastante abaixo dos 1,91% verificados no final de 2019. No mesmo sentido, a Euribor a 3 meses manteve-se estável em valores negativos: terminou o semestre em -0,54%, igual ao final de 2020 e face aos -0,40% no final de 2019.

Depois da clara fuga para segurança em 2020, com primeiro impacto da pandemia, no 1º semestre de 2021 a inflação e melhoria de algumas

perspectivas levou a um início de recuperação das yields de obrigações de dívida pública, em particular no mercado norte-americano. Assim, a dívida pública alemã a 10 anos estava a negociar a uma taxa de juro de -0,21% no final do semestre, um pouco menos negativa do que os -0,57% no final de 2020. A dívida americana no mesmo prazo negociava por uma taxa de juro de 1,47%, uma subida face ao mínimo de 1,01% em Dezembro de 2020, mas ainda abaixo dos níveis no final de 2019. No caso das economias emergentes, o desempenho até agora mais resistente do que se esperava tem levado os mercados a valorizar mais esta dívida, beneficiando também do maior apetite ao risco com a recuperação da pandemia – neste momento, o índice JP Morgan de dívida soberana de emergentes está já a níveis superiores aos verificados no início de 2020, antes da pandemia.

Yield da dívida soberana a 10 anos

Porcentagem



² Quantitative Easing

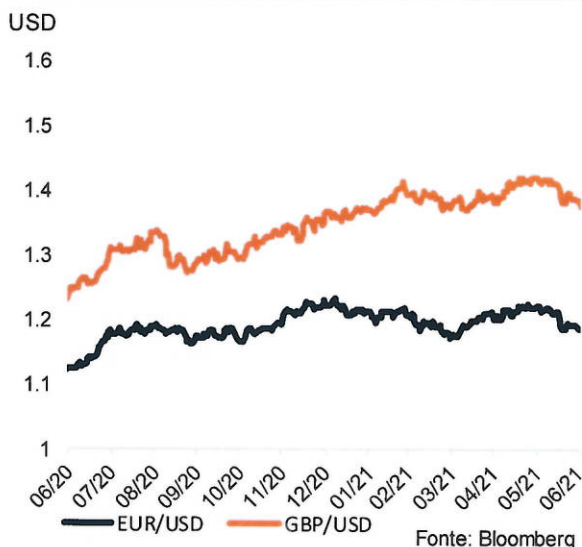
³ Targeted longer-term refinancing operations

⁴ Longer-term refinancing operations

⁵ Banco Central Europeu



Taxas de câmbio EUR/USD e GBP/USD



Depois do impacto muito forte da pandemia nas moedas dos países emergentes, reflexo da fuga para activos considerados menos arriscados, também no mercado cambial se verificou o início de uma reversão parcial desse movimento, exemplificado pelo percurso do Rand: a moeda sul-africana tinha descido de um máximo de ZAR/USD 19,26, para um mínimo de 13,43 no início de Junho de 2021, mas começou aí uma recuperação, alinhada com outras moedas. No caso do EUR/USD, o 1º semestre tem sido de alguma estabilidade, com uma perda do Euro no período, de 1,22 no final de 2020 para 1,19 no final deste 1º semestre. A Libra continuou também a recuperar paulatinamente até Fevereiro, exibindo alguma estabilidade depois desse momento: estava a cotar por GBP/USD 1,39 no final do semestre, o que compara com os 1,36 registados no final de 2020.

Actividade Económica

Em 2020, a economia angolana registou o 5º ano consecutivo de recessão, tendo contraído cerca de 5,2%. A economia petrolífera contraiu 8%, 1,8 pontos percentuais acima da queda registada em 2019, mas uma descida menos gravosa do que em 2018, quando a actividade deste sector caiu 9,3%. Esta quebra no sector petrolífero é resultado por um lado, do declínio natural dos poços petrolíferos e por outro, da suspensão dos investimentos programados para 2020 devido à pandemia e ao seu efeito negativo no preço do petróleo. Para a totalidade de 2020, os dados recolhidos de maneira independente pela OPEP apontam para uma produção média nacional de 1,26 milhões de barris diários (uma quebra de 10.1% face a 2019). No que toca a economia não petrolífera, a actividade económica terá continuado a diminuir em termos homólogos tendo fechado o ano com uma contracção de 4%. Esta quebra no sector não petrolífero é resultado do triplo impacto que a pandemia teve sobre a actividade económica nacional: de um lado, a diminuição das receitas do estado devido a baixa dos preços do petróleo nos mercados internacionais que significou uma menor disponibilidade de verbas para alocar ao investimento público; por outro a depreciação do Kwanza em 2020 que levou a uma forte diminuição do poder de compra dos angolanos e por fim aos impedimentos logísticos a actividade económica durante a Pandemia que restringiram bastante alguns sectores. O sector do Comércio (sector com maior peso no PIB após sector petrolífero) foi o que mais cresceu em 2020 com uma expansão de 4,7% face ao período homólogo. Em sentido contrário, o sector da Construção registou uma forte contracção na ordem dos 29,4% tendo sido o sector mais impactado pela pandemia.

Entre Janeiro e Março de 2021, a PIB angolano registou uma quebra de 3,4% face ao período homólogo, um desagravamento face ao trimestre anterior (-5,5%). O sector petrolífero continua em quebra, tendo diminuído 18,6%, maior quebra homóloga desde pelo menos 2010 e neste momento tem o menor peso no PIB total também desde essa altura, pelo menos (27,1% face a 48,1% no 1T2010). Segundo os dados da OPEP, a produção média diária para o 1º trimestre de 2021 foi de 1,14 mbd, uma quebra de 18% face ao registado no período homólogo (1,39 mbd⁶ no 1T 2020). Em sentido oposto, a subida do preço do petróleo nos mercados internacionais tem levado a um aumento das receitas do estado provenientes deste sector. Do lado do sector não petrolífero, a actividade económica terá registado um crescimento pela primeira vez desde o final de 2019 de 3,8% yoy (o maior desde final de 2018). O sector do Comércio registou um aumento de 29,6% no 1T 2021 enquanto o sector das pescas teve um aumento de 29,3% enquanto o sector diamantífero aumentou

⁶ Mil barris por dia

pouco menos de 28%. Em sentido contrário, o sector da Construção continua em forte quebra a dois dígitos pelo 4º trimestre consecutivo (-31,5% yoy).

Para a totalidade do ano, o Fundo Monetário Internacional espera uma ligeira quebra da actividade económica angolana, prevendo uma contracção de 0,1%. Do lado da economia petrolífera, é esperada que se mantenha a degradação dos poços, que levará a uma quebra de 7%. Apesar desta quebra, o sector petrolífero está mais robusto e com melhores perspectivas este ano, devido ao efeito do preço e o impacto no resto da economia. No que toca ao sector não petrolífero, o Fundo estima para 2021 um crescimento de 2,3% impulsionado pelo aumento das receitas arrecadadas por parte do Governo para investimento público.

Sector externo

No sector externo, Angola registou um ligeiro superavit na balança corrente em 2020, de USD 0,9 mil milhões, cerca de 1,5% do PIB, bastante abaixo dos USD 5,1 mil milhões (6,1% do PIB) registados em 2019. Esta forte quebra deve-se essencialmente à enorme diminuição, de perto de 40% no valor das exportações, numa diminuição de montante de USD 13,8 mil milhões. Este declínio é resultado da forte descida do preço de venda do petróleo nos mercados internacionais em 2020 e na quebra do volume exportado (-41,3% face a 2019). As importações de bens registaram uma contracção de USD 4,6 mil milhões face a 2019. Em particular, registou-se uma diminuição de 46,9% do lado dos bens de capital, 26,9% no que toca aos bens de consumo e 19,6% para os bens intermédios.

No 1º Trimestre de 2021, a balança corrente registou um superavit de USD 1,97 mil milhões, um aumento de 72% face ao período homólogo. Do lado das exportações, registou-se um aumento de 5,7% yoy nas vendas de petróleo bruto, devido ao aumento homólogo dos preços (26,6% yoy), que conseguiu suprir a quebra no volume produzido durante o período (-17,4% yoy). Do lado das importações, houve um ligeiro crescimento de 2% yoy para USD 2,5 mil milhões: de um lado houve uma diminuição de 3,4% yoy na importação de bens de consumo corrente e por outro registou-se um aumento nas importações de bens de capital (+16,4% yoy) e bens de consumo intermédio (+1,5% yoy). Para a totalidade do ano, o FMI espera um saldo da balança corrente de 5,2% do PIB.

A dívida externa agravou-se em 2020: segundo os dados do BNA, a dívida externa bruta fechou o ano em USD 67,2 mil milhões, um aumento de 3,9% face a 2019 (USD 64,7 mil milhões). Quando medido em percentagem do PIB, a deterioração terá sido maior, devido à depreciação da moeda (-25,8% em 2020), que terá originado uma diminuição do PIB angolano quando medido em Dólares. O FMI estima que a dívida pública em 2020 se tenha situado em 135% do PIB e para 2021 é esperado que se situe a volta de 113% do PIB.

Do lado das Reservas Internacionais Líquidas, no 1º semestre de 2021 registou-se uma contracção de USD 454 milhões face a Dezembro de 2020, tendo se fixado em USD 8,3 mil milhões (-5,2% ytd). No mercado cambial, entre Janeiro e Junho o Kwanza esteve estável, tendo apreciado ligeiramente face ao dólar (+0,6% ytd) e registando uma apreciação pouco mais significativa face ao Euro (+3,8% ytd): o câmbio fechou o semestre em USD/AOA 646 e EUR/AOA 767,9. O *spread* entre o mercado formal e informal diminuiu de 22,1% em Dezembro 2020 para 7,3% em Junho 2021.

Sector bancário, inflação e taxas de juro

Nos primeiros 5 meses do ano, o crédito total à economia registou uma quebra homóloga de 5,7%, após ter registado crescimento de 26% em 2019 e uma contracção de 2,6% em 2020. Contabilizando apenas o crédito ao sector privado, registou-se uma quebra de 4,8% yoy; abaixo da quebra de 7,7% verificada em 2020. Em Março, o BNA decidiu alargar o prazo de vigência do Aviso 10/2020 (financiamento à economia) até ao final de 2021. Em relação aos depósitos, entre Janeiro e Maio deste ano houve crescimento de 11,1% face ao período homólogo, após em 2020 ter-se registado um crescimento de 19,6%. Do lado dos depósitos em moeda estrangeira, registou-se uma quebra na proporção dos mesmos nos depósitos totais tendo passado de 55,6% em Maio de 2020 para 52,4% em Maio de 2021. No que toca ao crédito malparado, o rácio face ao crédito total fixou-se em 18,1% (16,8 p.p. abaixo do registado em Abril 2020 e 0,3 p.p. abaixo do registado em Dezembro 2020).

Em relação à inflação, no primeiro semestre registou-se uma aceleração, tendo a taxa média ficado em torno dos 24,9%, 2,7 p.p. acima da média registada em 2020 (22,2%) e 7,8 p.p. acima da média registada em 2019 (17,1%). Em termos homólogos, apesar de ter



diminuído em Janeiro e Março, a mesma teve um caminho ascendente até ao final do semestre. Em particular, a variação mensal de preços foi inferior a 2% apenas para o mês de Janeiro e Março e atingiu a variação mais alta em Abril (2,09% - valor mais alto desde Setembro 2018). Os bens alimentares e bebidas não alcoólicas têm sido responsáveis pela maior parte do agravamento da inflação, com um peso superior a 68% no índice e uma variação média mensal de 2,4% no 1º Semestre de 2021.

De modo a fazer face à subida contínua da inflação, o Comité de Política Monetária (CPM) do BNA realizou entre Janeiro e Junho deste ano duas reuniões onde alterou alguns instrumentos da política monetária. Na reunião realizada em Março, o CPM decidiu aumentar a taxa de Juro da facilidade permanente de absorção de liquidez com maturidade de 7 dias, de 7% para 12%. Em Maio, o CPM decidiu aumentar o coeficiente de reservas obrigatórias em moeda estrangeira de 17% para 22% e definiu que os bancos deveriam manter em reservas 100% dos saldos governamentais em moeda nacional, face aos 22% que ocorriam anteriormente. O BNA decidiu igualmente rever em alta a previsão para a inflação no final de 2021 para 19,5% (contra 18,5% anteriores). É esperado que o BNA continue com a política restritiva para a totalidade do ano, de modo a conseguir controlar as pressões inflacionistas no mercado.

Mercado Regional – Eurobond; Fluxo de capital para africa;

De acordo com o Banco Mundial, há expectativas de crescimento para as 3 maiores economias da África Subsariana (ASS), nomeadamente, Nigéria, África do Sul e Angola, esta recuperação embora demorada é motivada pelo aumento do preço das *commodities*. A Covid-19 impactou negativamente a situação económica de vários países da ASS, causando problemas de Dívida Pública, e subsequentemente originando dificuldades nos aspectos de liquidez e solvabilidade.

E no intuito de refinanciar parcialmente (65%) a sua dívida, com vencimento previsto para 2026 e financiar o Orçamento Geral do país para 2021; no primeiro trimestre do ano, Benim emitiu dois Eurobonds, avaliados em US\$849 milhões e US\$364 milhões e com a maturidade de 11 e 32 anos respectivamente, o que posteriormente contribuiu para o melhoramento do rating to País de B1 para B2, considerado estável pela Moody's. Neste mesmo período, a Costa do Marfim também emitiu dois Eurobonds no valor de US\$600 Milhões e US\$250 Milhões com vencimentos para 11 e 27 anos respectivamente para financiar o Orçamento Geral do país para o ano corrente. Angola, no entanto, declarou que não faria emissão de Eurobonds, deixando a possibilidade em aberto para o ano de 2022, se as condições forem favoráveis.

No final do trimestre, Gana arrecadou cerca de US\$3 Mil Milhões em 4 transacções, nomeadamente 1) US\$525 Milhões com vencimento de 4 anos de **Zero - Cupão** (O primeiro país da África Ocidental a emitir um *Eurobond* com esta característica, em que não há pagamento de cupão, mas oferece a possibilidade de venda do *Eurobond* a preço de desconto) - um factor que evidentemente não inibiu os investidores, considerando o elevado nível de subscrição. Esta modalidade, de acordo com o governo Ganense serve para lidar com os desafios apresentados pela Covid-19 relativo a liquidez e igualmente refinanciar dívidas domésticas de custo elevado. 2) US\$1 Mil Milhões com um vencimento de 7 anos com cupão de 7.75%; 3) US\$1 Mil Milhões com 12 anos de maturidade e um cupão de 8.62% e 4) US\$500 Milhões com vencimento para 20 anos e cupão de 8.87%. No final do segundo Trimestre, Quénia emitiu um *Eurobond* no valor US\$ 1 Mil Milhões com vencimento de 12 anos e um cupão de 6.3%. Esta arrecadação fará com que o Quénia possa cobrir o deficit do Orçamento Geral de 2021/2022.

Na verdade, devido a baixa oferta em termos de Eurobonds da região subsariana, as Yields na primeira metade do ano aumentaram, o que resultou no elevado número de subscritores para as emissões feitas.

Igualmente, de acordo com AVCA, África tornou-se atractiva para investimentos em *Private Equity* (Capital de Risco) para os próximos 3 anos. E os países que têm liderado a corrida na região ASS são: Quénia, Nigéria, África do Sul, Costa do Marfim, Gana, Etiópia, Uganda, RDC, e a Zâmbia. Notando que as áreas mais atractivas são: 1) Saúde , 2) Tecnologia e 3) Agronegócios. O reporte indica que 48% dos investidores que investiram nesses países acreditam que o Covid-19 afectou negativamente a performance dos mesmos.

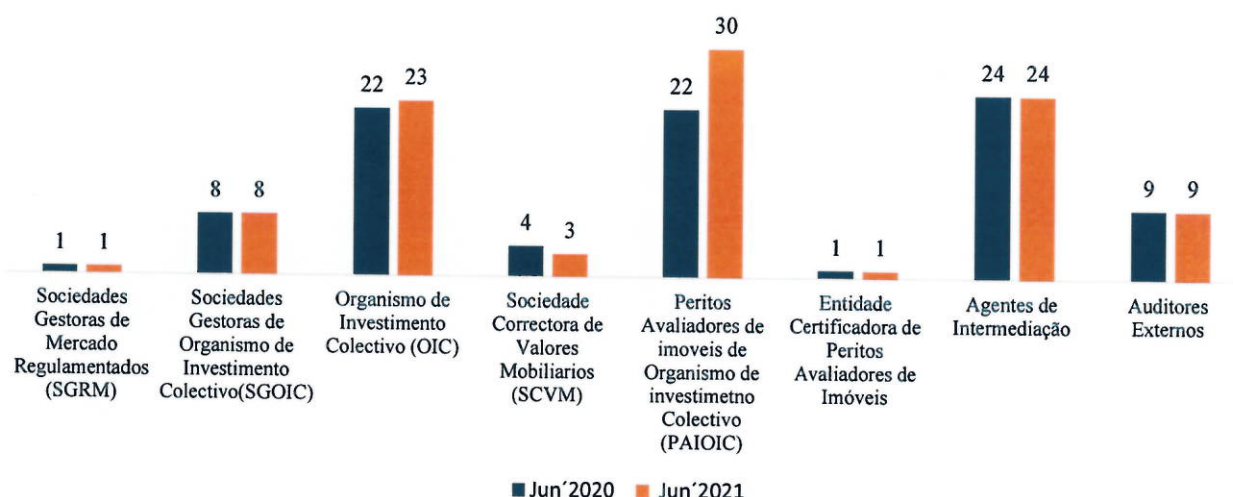


2.3.O MERCADO DE CAPITAIS

Participantes do Mercado

Até 30 de Junho de 2021, verificou-se uma variação positiva de 3% sobre o número total dos agentes que participam no Mercado de Capitais.

Entidades Registadas da Comissão de Mercado de Capitais



Fonte: CMC

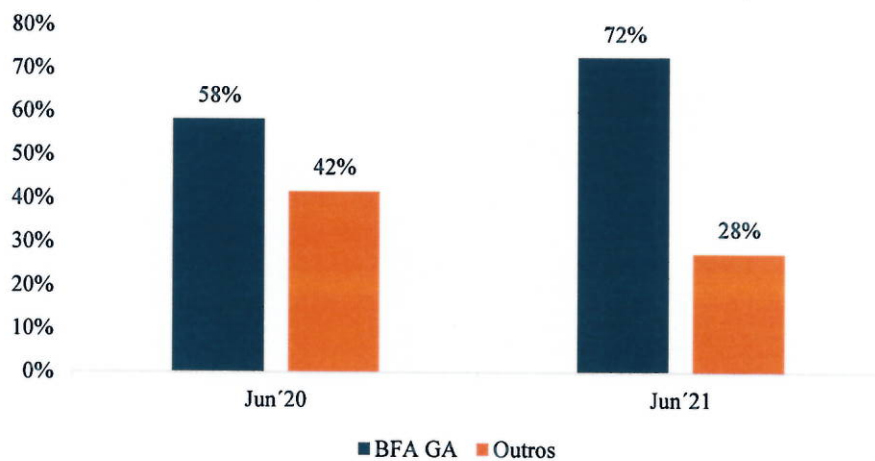
Organismos de Investimento Colectivo

Até 30 de Junho de 2021 o total de organismos de investimento colectivo registados na Comissão do Mercado de Capitais era de 23, dos quais 6 são geridos pela BFA GA⁷.

Sociedade Gestora	Valores em MII Milhões de AOA	
	Activos sob Gestão _ Fundos Mobiliários	
	Jun'20	Jun'21
BFA GA	38,53	74,50
Outros	27,62	28,35
Mercado	66,15	102,85
Sociedade Gestora	Quota de Mercado	
	Jun'20	Jun'21
BFA GA	58%	72%
Outros	42%	28%
Mercado	100%	100%

⁷ [Apresentação do PowerPoint \(cmc.gv.ao\)](http://cmc.gv.ao)

Graf. Comparativo de Jun'20 Vs. Jun'21)



Variação de Jun20 para Jun21



Fonte: CMC, DNPBFAGA



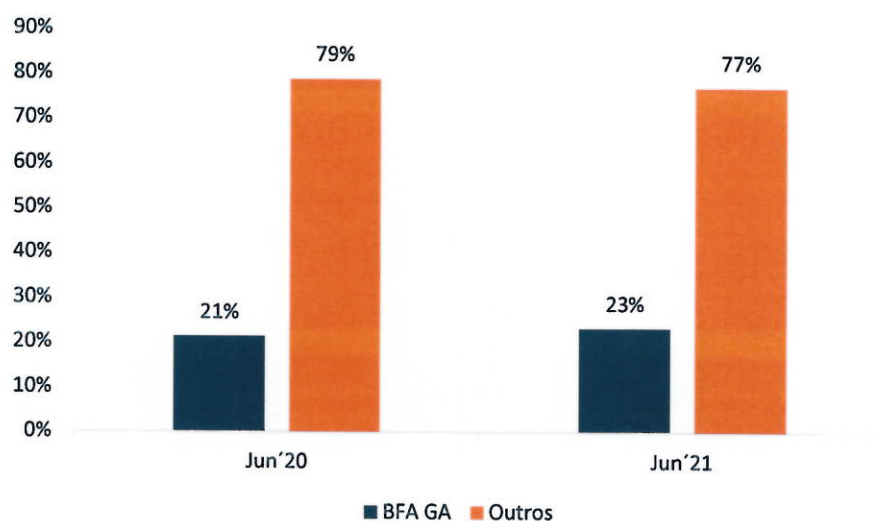
A BFA Gestão de Activos terminou o semestre com uma quota de mercado de **72%** sobre os Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários, o que representa um crescimento de **14%** face ao período homólogo de Junho de 2020.

Quanto ao mercado em geral (OIC Mobiliários e Imobiliários), a BFA Gestão de Activos, terminou o semestre com uma quota de mercado de 23%, o que representa um aumento de 2% face ao período homólogo de Junho de 2020.

Sociedade Gestora	Valor Liquido Global _ OIC	
	Jun'20	Jun'21
BFA GA	38,53	74,50
Outros	142,33	246,91
Mercado	180,86	321,41

Sociedade Gestora	Quota de Mercado	
	Jun'20	Jun'21
BFA GA	21%	23%
Outros	79%	77%
Mercado	100%	100%

Fonte: CMC, DNCBFAGA



[Handwritten signatures]

3. GOVERNAÇÃO E RISCO

O Sistema de Controlo Interno da BFA GA consiste no plano de organização de todos os métodos e procedimentos adoptados pela Administração para a consecução do objectivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta das suas actividades. Inclui-se como objectivos, a adesão às políticas da administração, a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Em virtude da BFA GA se encontrar em início de actividade, e havendo necessidade de cumprir não só com os requisitos legais e regulatórios, mas também com as *best-practices*, o Banco de Fomento Angola, S.A. ("BFA"), no âmbito da relação de grupo e da posição de controlo sobre a BFA GA, além do *know-how* relativo às matérias de controlo interno e gestão de risco, partilha parte do seu Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco.

O actual Sistema de Controlo Interno da BFA GA é constituído por 4 componentes, com objectivos e instrumentos específicos, que suportam o adequado e integrado Sistema de Controlo Interno da BFA GA:

1. Ambiente de Controlo: diz respeito às atitudes dos órgãos da administração e colaboradores da BFA GA, considerando os níveis de conhecimento e experiência adequados às funções, bem como os elevados princípios éticos e de integridade com que actuam.
2. Sistema de Gestão de Risco: visa estabelecer um conjunto de políticas e processos integrados que assegurem a correcta identificação, avaliação, monitorização, controlo e reporte dos riscos. Deve considerar todos os riscos relevantes e garantir a sua gestão eficaz, consistente e tempestiva.
3. Informação e Comunicação: Os sistemas de informação e comunicação da BFA GA devem assegurar informação completa, fiável, consistente, compreensível e alinhada aos objectivos e medidas definidos, bem como procedimentos de recolha, tratamento e divulgação da mesma, em conformidade com as melhores práticas.
4. Monitorização: a monitorização do sistema de controlo interno diz respeito à contínua e eficaz detecção tempestiva das deficiências ao nível da estratégia, políticas, processos e todas as categorias de risco, bem como princípios éticos e profissionais.

Princípios Éticos e Conflitos de Interesse

A conduta ética de todos os colaboradores da BFA GA é um dos factores críticos para o desenvolvimento e sucesso de uma organização, uma vez que comporta benefícios, não só ao nível reputacional, mas também no que respeita à eficiência operacional, gestão prudencial dos riscos e satisfação dos próprios colaboradores.

Neste sentido, o Código de Conduta, o Regulamento do Conselho de Administração e o Regulamento da Comissão Executiva contemplam os mais altos padrões de actuação, em conformidade com princípios éticos e deontológicos, e definem regras, princípios e procedimentos no sentido de permitir a identificação, monitorização e mitigação de conflitos de interesse.

A BFA GA promove a transparência nas relações, envolvendo órgãos sociais e colaboradores, inibindo a participação em actividades ilegais bem como a tomada excessiva de risco, o que contribui para a transparência das relações contratuais entre o Banco e as suas contrapartes. A BFA GA, estipula, ainda, que, quer os membros dos órgãos sociais quer os colaboradores, não podem receber ofertas de valor não simbólico que comprometam o exercício das suas funções com total independência.

A actividade profissional dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores pertencentes à BFA GA rege-se pelos princípios éticos definidos no Código de Conduta da BFA GA, aprovado no Conselho de Administração, cujas linhas principais se resumem:



1. Assegurar que para além de cumprir as regras e deveres que decorrem das disposições legais e regulamentares aplicáveis, a actividade da BFA GA, dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores será prosseguida de acordo com o rigoroso cumprimento dos princípios éticos e deontológicos e com exemplar comportamento cívico;
2. Garantir diligência e competência profissionais, designadamente no desempenho das funções profissionais, em observância aos ditames da boa-fé e actuar de acordo com elevados padrões de diligência, lealdade e transparência. Garantir aos Clientes e às autoridades competentes, o dever de segredo profissional e uma resposta rigorosa, oportuna e completa às solicitações apresentadas;
3. Gerir o Conflito de Interesses: (i) nas situações em que haja conflito entre os interesses de dois ou mais clientes deverão ser resolvidas com ponderação e equidade, de modo a assegurar um tratamento imparcial às partes envolvidas; (ii) os conflitos entre interesses de clientes, por um lado, e os da BFA GA ou dos seus colaboradores e membros dos órgãos sociais, por outro, suscitados no âmbito da actividade corrente, devem ser resolvidos através da satisfação dos interesses dos clientes, salvo nos casos em que exista alguma razão de natureza legal ou contratual para proceder de forma diferente;
4. Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição: não é permitido aos membros dos órgãos sociais ou aos colaboradores solicitar, aceitar ou receber, para si ou para terceiro, qualquer vantagem, patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, relacionada ou que represente a contrapartida de qualquer acto ou omissão praticado no desempenho das suas funções ao serviço do Banco (quer esse acto constitua ou não violação dos seus deveres funcionais);
5. Relações com as Autoridades: nas relações com as autoridades de supervisão – CMC -, bem como com a Administração Fiscal e as autoridades judiciais, os membros dos órgãos sociais e os colaboradores devem proceder com diligência, solicitando aos respectivos superiores hierárquicos o esclarecimento das dúvidas que, eventualmente lhes surjam;
6. Nos contactos com os clientes e com o mercado, os órgãos sociais e colaboradores da BFA GA devem pautar a sua conduta pela máxima discrição e devem guardar sigilo profissional acerca dos serviços prestados aos seus clientes e sobre os factos ou informações relacionadas com os mesmos ou com terceiros, cujo conhecimento lhes advenha do desenvolvimento das respectivas actividades.

Entendendo a importância da definição de um claro e objectivo manual de referência de comportamentos que constitua uma ferramenta de orientação ética na tomada de decisões em contexto empresarial, a BFA GA disponibiliza o Código de Conduta da instituição a todos os colaboradores.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS



BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores em Akz)					
ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido [30-06-2021]	[31-12-2020]
Disponibilidades	4	138 898 549	-	138 898 549	206 469 299
Títulos e valores mobiliários	5	916 664 320	-	916 664 320	618 230 109
Créditos	6	124 584 566	-	124 584 566	78 918 284
Activos Imobiliários	7	63 809 527	(45 873 823)	17 935 704	22 015 830
Activos Fixos Tangíveis		37 249 266	(19 313 561)	17 935 704	22 015 830
Activos Fixos Intangíveis		26 560 262	(26 560 262)	-	-
TOTAL DO ACTIVO		1 243 956 963	(45 873 823)	1 198 083 140	925 633 522

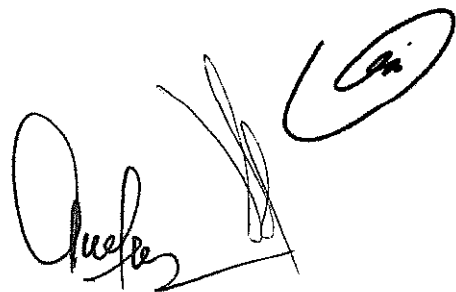
PASSIVO	Notas	Período Corrente [30-06-2021]	[31-12-2020]
Outras Obrigações	8	220 739 324	145 668 147
TOTAL DO PASSIVO		220 739 324	145 668 147
Capital Social	9	50 000 000	50 000 000
Reservas		729 965 375	309 723 179
Reserva Legal		61 944 636	61 944 636
Outras Reservas		668 020 739	247 778 544
Resultado Líquido do Exercício		197 378 441	420 242 195
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		977 343 815	779 965 375
TOTAL DO PASSIVO E DOS FUNDOS PRÓPRIOS		1 198 083 140	925 633 522

BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2020

		(Valores em Akz)	
Rubricas	Notas	Período Corrente 30-06-2021	30-06-2020
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	10	490 326 233	276 691 203
TOTAL JUROS E OUTROS RENDIMENTOS		490 326 233	276 691 203
RENDIMENTOS DE CÂMBIO	11	7 546 305	38 029 375
TOTAL RENDIMENTOS DE CÂMBIO		7 546 305	38 029 375
AJUSTES POSITIVOS VALOR MERCADO	12	68 746 990	-
TOTAL AJUSTES POSITIVOS VALOR MERCADO		68 746 990	-
OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS		-	-
TOTAL OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS		-	-
TOTAL DOS PROVEITOS		566 619 528	314 720 578
JUROS E OUTRAS DESPESAS	13	12 416 661	10 471 722
PERDAS DE CÂMBIO	11	10 318 932	3 836 609
IMPOSTOS E PENALIDADES	14	116 304 812	47 390 764
Imposto sobre o rendimento		91 422 033	43 901 405
Outras impostos		24 882 778	3 489 359
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		230 200 682	132 400 794
Prestação de Serviços	15	226 120 557	127 797 850
Amortizações e Depreciações	7	4 080 126	4 602 944
TOTAL DAS DESPESAS		369 241 087	194 099 890
APURAMENTO DO RESULTADO		197 378 441	120 620 688

The block contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp, possibly a company seal or a personal stamp, though the details are not clearly legible.

BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

	Total de Fundos Próprios	Capital social	Lucros e Prejuízos Acumulados	Reservas Reserva Legal	Outras Reservas	(Valores em AKZ) Resultado líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	359 723 180	50 000 000	-	30 741 223	122 964 892	156 017 065
Recebimentos por aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados	-	-	156 017 065	-	-	(156 017 065)
Efeito da subscrição da unidade de participação	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido	120 620 688	-	-	-	-	120 620 688
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2020	480 343 868	50 000 000	156 017 065	30 741 223	122 964 892	120 620 688
Recebimentos por aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de participação	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido	299 621 507	-	-	-	-	299 621 507
Constituição de reservas	-	-	(156 017 065)	31 203 413	124 813 652	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	779 965 375	50 000 000	-	61 944 636	247 778 544	420 242 196
Recebimentos por aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-	-	420 242 196	(420 242 196)
Efeito da subscrição da unidade de participação	-	-	-	-	-	-
Apropriação do resultado líquido do exercício	197 378 441	-	-	-	-	197 378 441
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	977 343 815	50 000 000	-	61 944 636	668 020 739	197 378 441

BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores em Akz)			
Rubricas	Notas	Período Corrente (30-06-2021)	(30-06-2020)
Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimentos		979 207 837	649 404 482
Recebimentos		-	-
Recebimento de Proventos Inerentes Outros Activos em Carteira		260 174 521	392 602 740
Recebimentos de Proventos Inerentes à Carteira de Títulos		318 567 809	19 706 350
Recebimentos de Proventos Inerentes à Caixa de Comissões		400 465 508	737 095 392
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS		979 207 837	649 404 482
Fluxo de Caixa de Juros e Outras Despesas			
Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira		(756 393 583)	(578 000 000)
Pagamentos de Custos Inerentes a Carteira de Títulos		(260 000 000)	(578 000 000)
Pagamentos de Custos Inerentes a Caixa de Comissões		(496 393 583)	-
Fluxo de Caixa com Ajustes ao Valor de Mercado			
Pagamento de Custos de Títulos para Negociação		(9 830 084)	(56 118 897)
Fluxo de Caixa de Impostos			
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola		(107 444 634)	(56 118 897)
Fluxo de Caixa de Comissões			
Pagamento de Custos de Outras Comissões		(3 343 215)	(677 773)
Fluxo de Caixa de Custos e Perdas Operacionais			
Pagamento de Custos Inerentes à Prestação de Serviços		-	(8 117 160)
Fluxo de Caixa de Outras Custas e Perdas			
Pagamento de Outras Custas e Perdas		(169 767 171)	(47 582 726)
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTOS		(1046 778 687)	(690 496 556)
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO		(67 570 750)	(41 092 074)
Saldo em Disponibilidade no Início do Período		205 469 289	49 286 762
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período		138 898 539	8 196 688

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A. (adiante igualmente designado por "BFA – Gestão de Activos" ou "Sociedade"), foi constituída por Escritura Pública de 16 de Dezembro de 2015, tendo iniciado a sua actividade em 01 Janeiro de 2017, após efectuar o registo junto da Comissão de Mercado de Capitais (CMC), em 30 de Dezembro de 2016.

A BFA – Gestão de Activos é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo (Fundos de Investimento) e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial nº7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

Conforme indicado na Nota 9, em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a BFA – Gestão de Activos é detida maioritariamente pelo Banco de Fomento Angola, S.A..

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da BFA – Gestão de Activos foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16 de 6 de Julho.

As demonstrações financeiras da BFA – Gestão de Activos encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de Junho de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BFA – Gestão de Activos em **08 de Outubro de 2021**, e serão submetidas para aprovação da Assembleia Geral que tem o poder de as alterar. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os câmbios do Kwanza (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	30-06-2021	31-12-2020	30-06-2020
1 USD	646,000	649,604	579,450
1 EUR	767,900	798,429	649,419

2.3 Créditos

Esta categoria respeita aos valores a receber das comissões não liquidadas pelos Fundos geridos. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

2.4 Títulos e valores mobiliários

A Sociedade alterou a política de valorização dos seus títulos e valores mobiliários, sendo esta alteração voluntária. Estes títulos e valores mobiliários encontravam-se mensurados ao custo amortizado em 31 de Dezembro de 2020, tendo a Sociedade devido à natureza do seu modelo de negócio alterado a sua mensuração para o modelo de justo valor através de resultados.

Estes títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do período, na rubrica "Ajustes positivos ao valor de mercado".

Na data do desreconhecimento o ganho ou perda apurado na mais(menos) valia é reconhecido em resultados na rubrica "Ajustes positivos/negativo ao valor de mercado".

O justo valor dos instrumentos financeiros deve ser estimado, sempre que possível, recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e, portanto, líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

As Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis emitidos pelo Estado Angolano e detidas pela Sociedade são reavaliadas com base num modelo do valor actual dos fluxos futuros (discounted cash-flows). A curva de desconto usada pode ser observada directamente no relatório diário da BODIVA, que a Sociedade considera como sendo um mercado activo.

2.5 Activos intangíveis e outros activos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Mobiliário e Material	10
Equipamento Informático	3
Material Transporte	3
Outros Equipamentos	6

Os activos intangíveis, que correspondem principalmente a software informático, são registados ao custo de aquisição e amortizados linearmente ao longo de um período de três anos.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.7 Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

2.8 Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto Industrial

A BFA – Gestão de Activos encontra-se sujeita a tributação em sede do Imposto Industrial, nos termos do Regime Geral de Tributação. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do novo Código do Imposto Industrial (i.e., Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, a qual introduziu alterações significativas ao Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro). Neste contexto, a BFA – Gestão de Activos encontra-se sujeita à taxa aplicável de 25%, de acordo com o n.º 1 do artigo 64.º do Código do Imposto Industrial.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, bem assim como os restantes rendimentos obtidos pela BFA – Gestão de Activos sujeitos a tributação em sede de IAC, gozam de isenção ou não sujeição em sede do Imposto Industrial, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 47.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que para a determinação da matéria tributável deduzir-se-ão do lucro líquido apurado nos termos dos artigos anteriores os proveitos ou ganhos sujeitos a IAC.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro, emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos ao IAC, à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e, bem assim, a Imposto Industrial, no caso das mais ou menos-valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital).

Ademais, a referida Lei, consagrou, entre outras alterações, a elegibilidade das variações cambiais realizadas favoráveis e desfavoráveis como proveitos e custos fiscalmente aceites, respectivamente. No mesmo sentido, passaram a não ser aceites como custo as provisões/imparidades constituídas sobre crédito com garantia, salvo na parte não coberta.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2015 a 2021. A este propósito, cumpre referir que, por força da pandemia COVID-19, a Administração Geral Tributária (“AGT”) estipulou que o direito a efectuar correcções relativamente ao exercício de 2015 apenas caducará em 31 Dezembro de 2021.

Adicionalmente, o Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada até ao final do mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o volume total das vendas efectuadas nos primeiros seis meses do exercício.

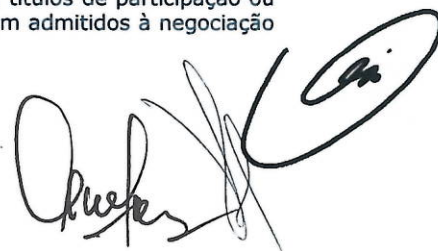
Sem prejuízo do que antecede, os contribuintes que apurem prejuízo no exercício imediatamente anterior encontram-se dispensados de efectuar a entrega da liquidação provisória.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros tributáveis de um ou mais, dos cinco anos posteriores.

O registo dos impactos fiscais das transacções realizadas pela BFA – Gestão de Activos corresponde ao entendimento da gestão sobre o tratamento fiscal aplicável à luz da legislação emitida. Nas situações em que haja lugar a interpretação e tal venha a ser questionado pela AGT, a gestão procede à sua reanálise, avaliando a probabilidade (superior ou inferior ao 50%) de o tratamento fiscal adoptado ser aceite e, consequentemente, determina qual o valor mais provável ou o valor esperado de activos ou passivos por imposto, a registar.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras da BFA – Gestão de Activos. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação

A large, stylized handwritten signature in black ink is positioned over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature appears to be 'Quê' followed by a flourish.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo o último entendimento das Autoridades Fiscais dirigido à ABANC (carta com a referência 196/DGC/AGT/2016, de 17 de Maio de 2016), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 se encontram sujeitos a este imposto.

Ademais, cumpre ainda referir que, segundo a posição das Autoridades Fiscais, as reavaliações cambiais de títulos de dívida pública emitidos em moeda nacional, mas indexados a moeda estrangeira, emitidos desde 1 de Janeiro de 2013, deverão ser sujeitas a Imposto Industrial até que o Banco Nacional de Angola se encontre em condições de efectuar a devida retenção na fonte em sede de IAC.

Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º 7/19 introduziu o IVA, que está em vigor desde 1 de Outubro de 2019, revogando o Regulamento do Imposto de Consumo (IC) e introduzindo relevantes alterações ao Código do Imposto de Selo (IS), passando a estar isentas de IS as operações aduaneiras, de financiamento, de seguro e de resseguro que sejam tributadas em IVA. É ainda revogado o IS sobre os recibos.

A Sociedade encontrava-se no regime transitório de tributação do IVA até ao final do ano de 2020, sujeito a tributação simplificada, isto é, pagamento de IVA à taxa de 3% sobre o montante efectivamente recebido das transmissões de bens / prestação serviços, à taxa de 14% sobre o valor das importações realizadas e autoliquidação de IVA à taxa de 3% sobre o valor efectivamente pago relativo à aquisição de serviços a prestadores não residentes em Angola.

Desde Janeiro de 2021 que a Sociedade encontra-se no regime geral de tributação em IVA, suportando IVA à taxa de 14%.

Outros impostos

A BFA – Gestão de Activos está igualmente sujeita a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, bem como outras taxas.

2.9 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

2.10 Principais estimativas contabilísticas

As contas da Sociedade integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada. Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração da Sociedade, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DE OIC GERIDA

Com referência a 30 de Junho de 2021, a BFA – Gestão de Activos efectua a gestão da carteira dos Fundos BFA Oportunidades IV, BFA Oportunidades V, BFA Oportunidades VI, BFA Oportunidades VII, BFA Oportunidades VIII e BFA Private, Fundos Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechados (FEIVMF).

Em 30 de Junho de 2021, a carteira do fundo de investimento gerido pela BFA – Gestão de Activos apresenta a seguinte composição:

Reporte Legal OIC Valores Mobiliários - Regulamento CMC nº 4/14

Sociedade Gestora : BFA GESTÃO DE ACTIVOS

Carteira : D6.FIM6, BFA OPORTUNIDADES IV - FEIVMF

Data: 2021-06-30

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Preço AOA	Juros AOA	Valor AOA
1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado				383 352 853	11 784 193 613
1.1 - Mercados regulamentados nacionais				383 352 853	11 784 193 613
1.1.1 - Instrumentos de dívida pública				383 352 853	11 784 193 613
OTNR16,25%/25/04/2022	104 300	96 307	96 307	310 264 003	10 355 057 459
OTNR16,25%/28/02/2022	5 982	98 525	98 525	33 029 068	622 408 294
OTNR15,75%/03/03/2022	7 800	98 291	98 291	40 059 783	806 727 861
5 - Liquidez				37 212	104 827 218
5.1 - À vista					310 672
5.1.2 - Depósitos à ordem					310 672
Depósito à Ordem					310 672
5.2 - A prazo				37 212	104 516 546
5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo				37 212	104 516 546
DP 30d 6,5% 29/07/21				37 212	104 516 546
7 - Outros Valores a Regularizar				0	-124 706 233
7.2 - Valores passivos					-124 706 233
Auditor					-3 141 825
Banco Depositário					-10 477 090
Comissão de Gestão					-31 431 269
IAC Compra Títulos					-1 038 109
Imposto Lucro Trib.					-77 492 490
Taxa Supervisão Fixa					-531 000
Taxa de Supervisão					-594 451

B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC 11 784 314 598

D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO

D.1. Categoria A 10 000 000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

Carteira : 07.FIM7, BFA OPORTUNIDADES V - FEIVMF

Data: 2021-06-30

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Preço AOA	Juros AOA	Valor AOA
1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado				256 961 165	10 689 886 810
1.1 - Mercados regulamentados nacionais				256 961 165	10 689 886 810
1.1.1 - Instrumentos de dívida pública				256 961 165	10 689 886 810
OTNR15.75%07/11/2021	100 440	98 559	98 559	236 429 755	10 135 665 146
OTNR16%04/10/2021	5 337	99 998	99 998	20 531 410	554 221 664
5 - Liquidez				24 932	810 114 881
5.1 - À vista					740 089 949
5.1.2 - Depósitos à ordem					740 089 949
Depósito à Ordem					740 089 949
5.2 - A prazo				24 932	70 024 932
5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo				24 932	70 024 932
DP 30d 6,5% 21/0721				24 932	70 024 932
7 - Outros Valores a Regularizar				0	-93 253 062
7.2 - Valores passivos					-93 253 062
Auditor					-2 468 908
Banco Depositário					-4 828 002
Comissão de Gestão					-14 484 006
IAC Compra Títulos					-1 846 203
Imposto Lucro Trib.					-68 519 943
Taxa Supervisão Fixa					-531 000
Taxa de Supervisão					-575 000
B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC	11 406 748 629				
D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO					
D.1. Categoria A	10 000 000				



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

Carteira : 08.FIM8, BFA OPORTUNIDADES VI - FEIVMF

Data: 2021-06-30

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Preço AOA	Juros AOA	Valor AOA
1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado				1 567 789 037	21 047 785 115
1.1 - Mercados regulamentados nacionais				1 567 789 037	21 047 785 115
1.1.1 - Instrumentos de dívida pública				1 567 789 037	21 047 785 115
OTNR15.75%09/01/2022	207 483	93 170	93 170	1 561 710 785	20 892 944 193
OTNR16%04/10/2021	1 580	94 154	94 154	6 078 251	154 840 922
5 - Liquidez				20 301	87 408 808
5.1 - À vista					30 388 506
5.1.2 - Depósitos à ordem					30 388 506
Depósito à Ordem					30 388 506
5.2 - A prazo				20 301	57 020 301
5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo				20 301	57 020 301
DP 30d 6,5% 29/0721				20 301	57 020 301
7 - Outros Valores a Regularizar				0	-163 399 853
7.1 - Valores activos					15 232 154
Auditor					15 232 154
7.2 - Valores passivos					-178 632 007
Banco Depositario					-27 719 711
Comissao de Gestao					-4 535 391
IAC Compra Títulos					-785 743
Imposto Lucro Trib.					-144 003 403
Taxa Supervisão Fixa					-531 000
Taxa de Supervisão					-1 056 760

B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC 20 971 794 070

D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO

D.1. Categoria A 20 000 000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

Carteira : 09.FIM9, BFA OPORTUNIDADE VII - FEIVMF

Data: 2021-06-30

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Preço AOA	Juros AOA	Valor AOA
1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado				897 837 017	15 109 501 834
1.1 - Mercados regulamentados nacionais				897 837 017	15 109 501 834
1.1.1 - Instrumentos de dívida pública				897 837 017	15 109 501 834
OTNR15.75%17/08/2022	154 000	92 284	92 284	897 837 017	15 109 501 834
5 - Liquidez				0	32 421 625
5.1 - À vista					32 421 625
5.1.2 - Depósitos à ordem					32 421 625
Depósito à Ordem					32 421 625
7 - Outros Valores a Regularizar				6 759 036	-159 219 714
7.2 - Valores passivos				6 759 036	-159 219 714
Custo Auditoria				6 759 036	-6 759 036
Banco Depositário					-20 006 019
Comissão de Gestão					-52 647 419
IAC Compra Títulos					-33 501 381
Imposto Lucro Trib.					-45 008 762
Taxa Supervisão Fixa					-540 000
Taxa de Supervisão					-757 096

B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC 14 982 703 746**D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO**

D.1. Categoria A 15 000 000

Carteira : 10.FIM10, BFA OPORTUNIDADES VIII - FEIVMF

Data: 2021-06-30

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Preço AOA	Juros AOA	Valor AOA
1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado				585 145 850	14 437 726 188
1.1 - Mercados regulamentados nacionais				585 145 850	14 437 726 188
1.1.1 - Instrumentos de dívida pública				585 145 850	14 437 726 188
OTNR15.75%01/04/2022	149 425	92 706	92 706	585 145 850	14 437 726 188
5 - Liquidez				53 494	150 247 509
5.2 - A prazo				53 494	150 247 509
5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo				53 494	150 247 509
DP 30d 6,5% 29/07/21				53 494	150 247 509
7 - Outros Valores a Regularizar				2 649 070	-78 937 190
7.2 - Valores passivos				2 649 070	-78 937 190
Custo com Auditoria				2 649 070	-2 649 070
Banco Depositário					-5 416 316
Comissão de Gestão					-14 253 462
IAC Compra Títulos					-43 725 184
Imposto Lucro Trib.					-11 623 758
Taxa Supervisão Fixa					-540 000
Taxa de Supervisão					-729 399

B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC 14 509 036 507**D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO**

D.1. Categoria A 15 000 000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)Carteira : 05.FIM5, BFA PRIVATE - FEIVMF
Data: 2021-06-30

A - COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DOS OIC

Designação	Quantidade/Montante	Preço	Preço AOA	Juros AOA	Valor AOA
1 - Instr. Fin. Negociados M. Regulamentado				278 036 852	4 892 499 765
1.1 - Mercados regulamentados nacionais				278 036 852	4 892 499 765
1.1.1 - Instrumentos de dívida pública				278 036 852	4 892 499 765
OTNR16%25/07/2021	23 319	99 633	99 633	161 815 823	2 485 149 206
OTNR12,25%02/08/2021	23 050	99 398	99 398	116 221 029	2 407 350 559
5 - Líquidez				181 644	510 690 352
5.1 - À vista					508 708
5.1.2 - Depósitos à ordem					508 708
Depósito à Ordem					508 708
5.2 - A prazo				181 644	510 181 644
5.2.1 - Depósitos com pré-aviso e a prazo				181 644	510 181 644
DP 30d 5% 29/07/21				181 644	510 181 644
7 - Outros Valores a Regularizar				0	-46 474 596
7.2 - Valores passivos					-46 474 596
Auditor					-4 487 658
Banco Depositario					-2 411 008
Comissão de Gestão					-7 233 023
Imposto Lucro Trib.					-31 541 748
Taxa Supervisão Fixa					-531 000
Taxa de Supervisão					-270 160

B - VALOR LÍQUIDO GLOBAL DO OIC 5 356 715 521

D - NÚMERO DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CIRCULAÇÃO

D.1. Categoria A 4 500 000

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)4. DISPONIBILIDADES

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

DISPONIBILIDADES

	30-06-2021	31-12-2020
Disponibilidades em Instituições Financeiras		
Depósitos à ordem	138 898 549	206 469 299
Depósitos a prazo	-	-
	<u>138 898 549</u>	<u>206 469 299</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Títulos e valores mobiliários é apresentada como segue:

								30-06-2021
Título	Moeda	Quantidade	Data de Vencimento	Custo de aquisição	Desconto/Prémio corrido	Juro corrido	Ajuste de valor de mercado	Valor de balanço
AOTN0602G18	AKZ	376	02-08-2024	28 248 879	3 662 858	1 857 149	(1 083 586)	32 685 300
AOTN0619A18	AKZ	429	19-04-2024	29 558 100	6 538 906	1 026 787	(364 363)	36 759 430
AOTN0719A18	AKZ	1 382	19-04-2025	91 474 580	19 383 651	3 307 738	(1 691 905)	112 474 064
AOUGD0HN18G7	AKZ	1 100	20-11-2022	90 816 000	7 540 664	1 506 522	1 814 299	101 677 485
AOUGD0FM20C0	AKZ	850	31-03-2022	79 050 000	3 001 899	3 418 579	1 259 330	86 729 808
AOUGD0FL20A6	AKZ	421	08-07-2022	39 624 520	790 527	3 237 746	419 904	44 072 697
AOUGD0HF19A6	AKZ	222	28-02-2023	20 004 420	490 711	1 244 610	729 800	22 469 541
AOUGD0GM20C8	AKZ	487	31-03-2023	43 528 060	1 111 904	1 989 249	1 591 975	48 221 187
AOUGD0FA21E9	AKZ	1 365	21-04-2023	118 971 953	1 682 080	4 236 721	8 204 675	133 095 429
AOUGD0FU21C1	AKZ	3 134	03-06-2023	274 264 629	268 149	3 836 159	20 110 447	298 479 378
Total				815 541 141	44 473 348	25 661 254	30 990 576	916 664 320

								31-12-2020
Título	Moeda	Quantidade	Data de Vencimento	Custo de aquisição	Desconto/Prémio corrido	Juro corrido	Valor de balanço	
AOTN0602G18	AKZ	376	02-08-2024	28.248.880		2.747.354	1.770.470	32.766.714
AOTN0619A18	AKZ	429	19-04-2024	29.553.110		5.327.449	994.243	35.874.801
AOTN0719A18	AKZ	1.382	19-04-2025	91.469.000		15.785.349	3.202.899	110.457.247
AOTN071216	AKZ	253	30-12-2023	173.884.704		16.841.231	53.815	190.779.750
AOTN0726017	AKZ	72	26-10-2024	59.640.161		-388.469	820.877	60.072.568
AOUGD0HN18G7	AKZ	1.100	20-11-2022	90.816.000		3.373.263	4.252.743	98.442.006
AOUGD0FM20C0	AKZ	850	31-03-2022	79.050.000		1.045.562	9.741.460	89.837.022
Total				552.661.855		30.484.533	6.618.605	618.230.109

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)6. CRÉDITOS

Com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica apresenta o valor em dívida das comissões de gestão dos fundos geridos pela BFA Gestão de Activos:

	30-06-2021	31-12-2020
Créditos		
BFAPrivate	7 233 022	7 278 156
BFAOportunidadesIII	-	17 493 575
BFAOportunidadesIV	31 431 268	30 510 901
BFAOportunidadesV	14 484 006	14 616 313
BFAOportunidadesVI	4 535 390	9 019 339
BFAOportunidadesVII	52 647 418	-
BFAOportunidadesVIII	14 253 462	-
	124 584 566	78 918 284

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de 2021 e 2020, as rubricas de Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis apresentam o seguinte movimento:

30-06-2021									
31-12-2020									
	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo Líquido	Aumentos	Abates alienações e outros	Amortizações Do exercício	Abates e outros	Activo Bruto	Amortização acumulada
Activos Fixos Tangíveis									
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	37 249 266	(15 233 436)	22 015 830	-	-	(4 080 116)	-	37 249 266	(19 313 562)
	37 249 266	(15 233 436)	22 015 830	-	-	(4 080 116)	-	37 249 266	(19 313 562)
Activos Intangíveis									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	26 560 262	(26 560 262)	-	-	-	-	-	26 560 262	(26 560 262)
	26 560 262	(26 560 262)	-	-	-	-	-	26 560 262	(26 560 262)
	63 809 528	(41 793 698)	22 015 830	-	-	(4 080 116)	-	63 809 528	(45 873 824)
									17 935 704

31-12-2020									
31-12-2019									
	Activo Bruto	Amortizações acumuladas	Activo Líquido	Aumentos	Abates alienações e outros	Amortizações Do exercício	Abates e outros	Activo Bruto	Amortização acumulada
Activos Fixos Tangíveis									
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	15 470 787	(6 599 959)	8 870 728	21 778 528	-	(6 611 477)	-	37 249 266	(15 313 416)
	15 470 787	(6 599 959)	8 870 728	21 778 528	-	(6 611 477)	-	37 249 266	(15 313 416)
Activos Intangíveis									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	26 560 262	(26 557 605)	2 655	-	-	(2 655)	-	26 560 262	(26 560 262)
	26 560 262	(26 557 605)	2 655	-	-	(2 655)	-	26 560 262	(26 560 262)
	42 031 049	(33 157 564)	8 873 484	21 778 528	-	(6 614 132)	-	63 809 528	(41 793 698)
									22 015 830

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outras Obrigações corresponde a estimativa de imposto industrial 2021 e aos montantes devidos pela BFA – Gestão de Activos ao accionista BFA, a título de contrato existentes entre as partes, relacionados com instalação, pessoal e gestão, incorridas nos exercícios de 2020 e 2021, conforme segue:

	30-06-2021	31-12-2020
Outras Obrigações		
Imposto Industrial	93 441 556	104 956 449
Credores diversos a pagar	113 196 053	40 711 698
Acréscimo de custo	14 101 716	-
	220 739 324	145 668 147

9. FUNDOS PRÓPRIOS

A Sociedade foi constituída em 16 de Dezembro de 2015 com um capital social de 50.000.000 AKZ.

Com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o capital social da BFA – Gestão de Activos é detido em 99,9% pelo Banco de Fomento Angola S.A., possuindo assim uma relação de grupo e este último uma posição de domínio na referida sociedade, e 0,1% detido por Investidores Privados.

Por deliberação unânime da Assembleia Geral, de 21 de Maio de 2020, foi decidido aplicar o montante de AKZ 31 203 413 do Resultado líquido de 2019 em Reservas Legais.

Por deliberação unânime da Assembleia Geral, de 31 de Março de 2021, foi decidido aplicar o resultado obtido do exercício de 2020, no montante AKZ 420.242.195,00 em Outras Reservas.

Conforme o nº.1 do artigo 89.º do Regulamento 4/14 de 30 de Outubro, emitido pela Comissão do Mercado de Capitais, as Sociedades Gestoras são obrigadas a constituir um montante suplementar de fundos próprios igual a 0,02% do montante em que o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda 30.000.000.000,00 Kz.

Com referência a 30 de Junho de 2021, a BFA Gestão de Activos ultrapassou em 48 991 313 070 kwanzas, o montante máximo de 30.000.000.000 kwanzas do valor líquido global das carteiras sob gestão, pelo que é obrigada a constituir um montante suplementar de fundos próprios de 9.798.262,61 Kz. Face ao exposto, a Assembleia Geral pretende analisar os mecanismos necessários para a constituição do montante suplementar no decurso de 2021.

10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Juros e Outros Rendimentos apresenta a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Comissões		
Comissão de Gestão	446 131 790	246 967 093
Carteira de Títulos		
Títulos da Dívida Pública	44 019 922	28 957 206
Outros Juros e Proveitos Equiparados		
Depósito a Prazo	174 521	766 904
Juros e Outros rendimentos	490 326 233	276 691 203

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)11. RENDIMENTOS E PERDAS DE CÂMBIO

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Rendimentos de Câmbio apresenta a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Rendimentos de câmbio	7 546 305	38 029 375
Perdas de câmbio	(10 318 932)	(3 836 609)
Rendimentos e Perdas de câmbio	(2 772 627)	34 192 766

A rubrica acima refere-se essencialmente aos resultados cambiais relacionados com a reavaliação cambial de títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

12. AJUSTES POSITIVOS VALOR MERCADO

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica ajustes positivos ao valor do mercado apresenta a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Ajuste Positivo Valor de Mercado	68 746 990	-
Ajuste Positivo Valor de Mercado	68 746 990	-

Nesta rubrica encontra-se incluído o montante de 37 756 415 Kwanzas relacionados com ganhos na alienação de títulos e valores mobiliários.

13. JUROS E OUTRAS DESPESAS

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Juros e Outras despesas apresenta a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Outras Comissões		
Comissão Bancária	(2 153 989)	(565 472)
Outras Comissões	(10 262 672)	(9 005 400)
Outros custos e perdas		
Formação	-	(900 850)
Juros e Outras despesas	(12 416 661)	(10 471 722)

Em outras comissões temos registadas despesas relacionadas com o contrato celebrado entre BFA Gestão de Activos e o seu accionista a título de *management fee*, serviços de consultoria, informática, contabilidade, *compliance*, auditoria.

14. IMPOSTOS E PENALIDADES

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Impostos apresenta a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Imposto Industrial	(91 422 033)	(43 901 405)
Imposto de Aplicação de Capitais	(3 134 230)	(1 063 849)
Imposto Selo	-	(8 140)
Imposto de Consumo	-	-
I.V.A	(21 590 805)	(658 404)
Contribuição Especial	(151 457)	(1 758 966)
Multas	(6 286)	-
Impostos	(116 304 812)	(47 390 764)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a reconciliação de imposto industrial sobre resultado apresenta a seguinte composição:

	30-06-2021		31-12-2020	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado líquido		197 378 441		420 242 195
Impostos		91 422 033		107 901 312
Resultado antes de imposto		288 800 474		528 143 507
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	25,00%	72 200 119	25,00%	132 035 877
Benefícios fiscais em rendimentos sujeitos a IAC	-3,29%	(9 509 848)	-2,88%	(15 196 814)
Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)	0,27%	783 558	0,14%	718 893
Resultados cambiais realizados	5,32%	15 353 567	-2,91%	(15 353 567)
Outras Correções	4,36%	12 594 639	1,08%	5 696 923
Imposto sobre o lucro em resultados	31,66%	91 422 033	20,43%	107 901 312

15. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Prestação de Serviços apresenta a seguinte composição:

	30-06-2021	30-06-2020
Subcontratos - Pessoal	(95 537 285)	(75 054 556)
Rendas	(10 000 000)	(8 695 562)
Desp Serv Téc Especial	(35 582 468)	(26 021 466)
Outros despesas	(85 000 803)	(18 026 266)
Prestação de serviços	(226 120 557)	(127 797 850)

A rubrica de prestação de serviços inclui despesas relacionadas com os contratos celebrados entre BFA Gestão de Activos e o seu accionista a título de serviços de consultoria, informática, contabilidade, *compliance*, auditoria.

16. PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas com a BFA – Gestão de Activos:

- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa ou controlo sobre a gestão e política financeira da Sociedade – Accionistas;
- subsidiárias, *joint-ventures* ou associadas do accionista com controlo sobre a Sociedade;
- pessoal-chave do accionista com controlo sobre a Sociedade (membros do Conselho de Administração executivos e não executivos);
- entidades controladas ou conjuntamente controladas pelo pessoal-chave do accionista com controlo sobre a Sociedade;
- membros íntimos da família de pessoal-chave do accionista com controlo sobre a Sociedade;
- entidades controladas ou conjuntamente controladas pelos membros íntimos da família de pessoal-chave do accionista;
- aquelas em que o Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira – Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- pessoal-chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as entidades controladas ou conjuntamente controladas pelos membros do Conselho de Administração; e
- membros íntimos da família de pessoal-chave da gerência da Sociedade; e
- entidades controladas ou conjuntamente controladas pelos membros íntimos da família de pessoal-chave da gerência da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Montantes expressos em Kwanzas – AKZ, excepto quando expressamente indicado)

Com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os principais saldos e transacções mantidos pela Sociedade com entidades relacionadas são os seguintes:

30-06-2021										
Ativos da BFA - Gestão de Activos	Membros do Conselho de Administração da BFA - Gestão de Activos	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	BFA Oportunidades IV - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	BFA Oportunidades V - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	BFA Oportunidades VI - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	BFA Oportunidades VII - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	BFA Oportunidades VIII - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	BFA Oportunidades IX - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	BFA Oportunidades X - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado	Total
BFA	Outros									
Disponibilidades	110 878 543	-	-	-	-	-	-	-	-	110 878 543
Títulos e valores mobiliários	916 864 310	-	-	-	-	-	-	-	-	916 864 310
Activos imobilizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	91 602 012	-	-	14 434 008	4 135 390	22 647 418	14 233 462	7 237 622	-	134 584 586
Juros e dividendos recuperados	44 235 443	-	-	115 912 641	83 196 602	160 551 391	52 647 419	14 233 462	39 082 556	71 002 033
Juros e outros custos recuperados	(49 862 000)	(1 20 000)	(1 20 000)	-	-	-	-	-	-	506 259 731
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30 030 000)

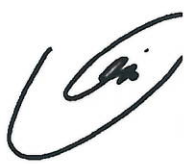
31-12-2020										
Ativos da BFA - Gestão de Activos	Membros do Conselho de Administração da BFA - Gestão de Activos	Sociedades onde os membros do Conselho de Administração têm influência significativa	BFA Oportunidades III - Fundo Especial de Investimento	BFA Oportunidades III - Fundo Especial de Investimento	BFA Oportunidades IV - Fundo Especial de Investimento	BFA Oportunidades V - Fundo Especial de Investimento	BFA Oportunidades VI - Fundo Especial de Investimento	BFA Oportunidades VII - Fundo Especial de Investimento	BFA Oportunidades VIII - Fundo Especial de Investimento	Total
BFA	Outros									
Disponibilidades	250 445 298	-	-	-	-	-	-	-	-	250 445 298
Títulos e valores mobiliários	618 230 106	-	-	-	-	-	-	-	-	618 230 106
Activos imobilizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	224 333 156	-	-	7 278 157	17 492 576	30 510 902	14 816 313	9 019 319	-	25 918 264
Juros e dividendos recuperados	64 403 237	-	-	18 596 068	300 217 411	35 923 312	28 891 293	8 019 320	-	234 353 706
Juros e outros custos recuperados	(62 251 888)	(10 000)	(10 000)	-	-	-	-	-	-	502 330 761
Unidades de participação	(49 900 000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(62 331 888)
										(30 030 000)

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 30 de Junho de 2021 que justifiquem ajustamentos na divulgação nas Notas às Contas relativas ao período analisado, que afectem as situações ou se espere que venham a alterar significativamente a situação financeira da Sociedade, os seus resultados e/ou as suas actividades.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA



KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige - Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda - Angola
+244 227 28 01 01 | www.kpmg.co.ao

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

**Ao Conselho de Administração da
BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A.**

Introdução

1. Para efeitos do cumprimento do disposto no número 1, alínea b) da instrução Nº 007/CMC/05-21, procedemos à revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A.** ("Sociedade"), as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2021 que evidencia um total de 1 198 083 140 kwanzas e fundos próprios de 977 343 815 kwanzas, incluindo um resultado líquido de 197 378 441 kwanzas, as demonstrações de resultados, de mutação de fundos próprios e de fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado das demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a erro ou a fraude.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre estas demonstrações financeiras. A revisão limitada a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola sobre Trabalhos de Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar pelo Auditor Independente da Entidade. Aquela norma requer que concluamos sobre se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras, no seu todo, não estão preparadas, em todos os aspectos materialmente relevantes, em conformidade com a estrutura de relato financeiro aplicável. Esta norma exige igualmente que demos cumprimento a todos os requisitos éticos relevantes.

4. Uma revisão limitada em conformidade com as Normas Técnicas consiste num trabalho destinado a proporcionar um nível de segurança moderada. O auditor executa procedimentos que consistem principalmente em indagações ao Conselho de Administração e a outros no seio da Sociedade conforme apropriado, na aplicação de procedimentos analíticos e na avaliação da evidência obtida.
5. Os procedimentos executados numa revisão limitada são substancialmente mais reduzidos do que os procedimentos executados numa auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre aquelas demonstrações financeiras.

Conclusão

6. Com base na nossa revisão limitada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima não apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BFA Gestão de Activos SGOIC, S.A.** em 30 de Junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, em conformidade com o Plano de Contas de Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras.

Ênfase

7. Sem afectar a conclusão expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para a nota 9 do Anexo às demonstrações financeiras que descreve que, com referência a 30 de Junho de 2021, e de acordo com o n.º 1 do artigo 89.º do Regulamento n.º 4/14, de 30 de Outubro, emitido pela Comissão do Mercado de Capitais, a Entidade Gestora ultrapassou em 48 991 313 070 kwanzas, o montante máximo de 30 000 000 000 kwanzas do valor líquido global das carteiras sob gestão, pelo que é obrigada a constituir um montante suplementar de fundos próprios igual a 9 798 263 kwanzas.

Outras Matérias

8. As demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram objecto de auditoria e revisão limitada, respectivamente, por outro Perito Contabilista, que sobre elas emitiu um Relatório do Auditor Externo sem reservas e sem ênfases, datado de 31 de Maio de 2021 e um Relatório de Revisão Limitada sem reservas e sem ênfases, datado de 25 de Setembro de 2020. A nossa contratação como Peritos Contabilistas ocorreu a 1 de Julho de 2021 para efectuarmos a auditoria às contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, incluindo a revisão limitada às contas do semestre findo em 30 de Junho de 2021.

Luanda, 14 de Outubro de 2021



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Representada por

Inês Filipe

(Perito Contabilista com cédula n.º 20140081)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da

BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A.

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, em conformidade com o Artigo 21º nº1 dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da BFA Gestão de Activos - SGOIC, S.A. relativos ao período findo em 30 de Junho de 2021.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade Gestora, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade Gestora as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. Analisámos e concordamos com o conteúdo do Relatório de Revisão Limitada dos Auditores emitido pela sociedade KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A., o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 30 de Junho de 2021, as Demonstrações de resultados, de mutação de fundos próprios e dos fluxos de caixa, para o período findo naquela data, bem como o respectivo anexo, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão para o período findo em 30 de Junho de 2021 preparado pelo Conselho de Administração.

6



6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras com referência a 30 de Junho de 2021, bem como, o respectivo Relatório de Gestão.
7. Desejamos finalmente expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade Gestora pela colaboração que nos foi prestada.

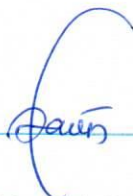
Luanda, 14 de Outubro de 2021

O Conselho Fiscal



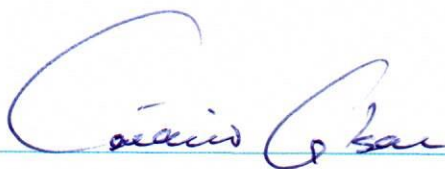
Henrique Manuel Camões Serra

Presidente



Eliana Maria Fortes dos Santos

Vogal



Catarino Eduardo César

Vogal